

PANORAMA

FISCAL



Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará | Office

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2016

Carlos Eduardo dos Santos Marino
Francisco Arley da Silva Santos
Francisco Lúcio Mendes Maia
Germana Parente Neiva Belchior
Nathyele de Oliveira Silva
Penélope Silva Rabelo
Saulo Moreira Braga

Demonstrações Contábeis do Ceará do exercício financeiro de 2015

Francisco Arley da Silva Santos
Francisco Lúcio Mendes Maia
Nathyele de Oliveira Silva
Penélope Silva Rabelo
Saulo Moreira Braga

Ano 1, V. 4
Mar | Abr 2016

A Série Panorama Fiscal é uma publicação bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Ofice), um centro de estudos e pesquisas instituído pela Fundação Sintaf e patrocinado pelo Sindicato dos Fazendários do Ceará (Sintaf) e pela Associação de Aposentados Fazendários do Ceará (AAFEC) que se propõe a analisar de forma científica e independente a situação fiscal do Estado do Ceará e dos municípios cearenses.

Neste intuito, a Panorama Fiscal tem como objetivo principal realizar a análise histórica dos indicadores econômico-financeiros do Estado do Ceará, utilizando diversas fontes disponíveis, comparando os índices analisados com os mesmos indicadores de outras unidades federadas, contribuindo, assim, com a transparência e o controle social.

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2016

Carlos Eduardo dos Santos Marino¹
Francisco Lúcio Mendes Maia²
Francisco Arley da Silva Santos³
Germana Parente Neiva Belchior⁴
Nathyele de Oliveira Silva⁵
Penélope Silva Rabelo⁶

Demonstrações Contábeis do Ceará do exercício financeiro de 2015

Francisco Arley da Silva Santos
Francisco Lúcio Mendes Maia
Nathyele de Oliveira Silva
Penélope Silva Rabelo
Saulo Moreira Braga⁷

¹ Doutor em Economia pelo CAEN da Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal Adjunto da Receita Estadual do Ceará. Professor da Faculdade Farias Brito. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP/CAEN/UFC). Pesquisador do Office.

² Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Office.

³ Graduando em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Office.

⁴ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade 7 de Setembro. Auditora Fiscal Jurídica da Receita Estadual do Ceará. Pesquisadora do Office.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora Júnior do Office.

⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Office.

⁷ Mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal Contábil-Financeiro da Receita Estadual do Ceará. Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Sintaf.



Diretoria Executiva

Paulo Rossano Freitas Nogueira
Diretor Geral
paulo.rossano@fundacaosintaf.org.br

Saulo Moreira Braga
Diretor Administrativo-Financeiro
saulo.braga@fundacaosintaf.org.br

Germana Parente Neiva Belchior
Diretora Técnico-Científica
germana.belchior@fundacaosintaf.org.br

Susie de Pontes Lima Marino
Diretora de Cidadania, Inclusão Social e Cultura
susie.lima@fundacaosintaf.org.br

Conselho Curador

Alexandre Sobreira Cialdini
Presidente
alexandre.cialdini@fundacaosintaf.org.br

Francisco Ozanan Bezerra de Moraes
1º Secretário
ozanan.moraes@fundacaosintaf.org.br

Valéria Passos Brasil
2ª Secretária
valeria.brasil@fundacaosintaf.org.br

Fundação Sintaf
Rua Padre Mororó, 952 - Centro
CEP: 60015-220
www.fundacaosintaf.org.br
fundacao@fundacaosintaf.org.br

Fortaleza - Ceará - Brasil



**Publicação do Observatório de
Finanças Públicas do Ceará | Office**

A Série Panorama Fiscal, com idioma oficial a língua portuguesa, é uma publicação oficial bimestral do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office), instituído pela Fundação Sintaf de Ensino, Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Cultural

Ano 1, V. 4, Mar | Abr 2016
Série Eletrônica disponível em:
fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2016

Demonstrações Contábeis do Ceará do exercício financeiro de 2015

Os conceitos e opiniões emitidos nesta Série são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando a opinião das instituições envolvidas.

Conselho Editorial

Alexandre Sobreira Cialdini
Carlos Eduardo dos Santos Marino
Francisco Lúcio Mendes Maia
Germana Parente Neiva Belchior
Saulo Moreira Braga

Responsabilidade Editorial

Edições Fundação Sintaf

Projeto Gráfico e diagramação

Rachel Mota Lima

Revisão

Germana Parente Neiva Belchior

P195 Panorama Fiscal : Publicação do Observatório de Finanças Públicas do Ceará (Office) / Fundação Sintaf. - v. 4 (2016) - . - Fortaleza-CE : Edições Fundação Sintaf, Mar./Abr. 2016.

Bimestral
Série eletrônica disponível em:
<http://fundacaosintaf.org.br/panoramafiscal>
ISSN: 2447-8105.

1. Finanças públicas - Ceará. 2. Administração tributária.
3. Contabilidade pública. 4. Ceará - Indicadores econômicos.

CDU: 35

Análise das finanças públicas do Estado do Ceará no Primeiro Bimestre de 2016

Carlos Eduardo dos Santos Marino¹
Francisco Lúcio Mendes Maia²
Francisco Arley da Silva Santos³
Germana Parente Neiva Belchior⁴
Nathyele de Oliveira Silva⁵
Penélope Silva Rabelo⁶

¹ Doutor em Economia pelo CAEN da Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal Adjunto da Receita Estadual do Ceará. Professor da Faculdade Farias Brito. Pesquisador do Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP/CAEN/UFC). Pesquisador do Office.

² Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Office.

³ Graduando em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Office.

⁴ Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora da Faculdade 7 de Setembro. Auditora Fiscal Jurídica da Receita Estadual do Ceará. Pesquisadora do Office.

⁵ Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora Júnior do Office.

⁶ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Office.

SUMÁRIO

1 Introdução	11
2 Receitas Correntes	12
3 Receitas de Capital	14
4 Despesas Correntes	15
5 Despesas de Capital	17
6 Resultado Primário, Dívida Pública, Capacidade de Investir com Recursos Próprios e disponibilidade de Caixa.....	19
7 Dívida Ativa	24
8 Análise Econômico-Financeira	26
9 Considerações Finais	26
Referências	27
Apêndice I - Glossário	29
Apêndice II - Notas Metodológicas.....	33

RESUMO

Os estados brasileiros atravessam um período de dificuldades fiscais, iniciado em 2014 e intensificado em 2015. O Ceará está em situação privilegiada diante de diversas outras unidades federadas, com indicadores de solidez fiscal dentro de parâmetros aceitáveis. Em 2015, o Estado do Ceará promoveu um ajuste fiscal, que buscou elevar as receitas próprias por meio de alterações legislativas e reduziu o custeio da máquina administrativa e os investimentos. Diante disso, esse ensaio analisa a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará no primeiro bimestre de 2016, expondo, de forma acessível, os dados mais recentes. Busca-se, ainda, comparar os resultados do Ceará com os indicadores de outras unidades federadas. Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada, a partir de diversos indicadores específicos. O ensaio conclui que, no primeiro bimestre de 2016, ocorreu uma ligeira recuperação da receita, mas sem a obtenção de crescimento real. O gasto com a folha de pessoal e encargos apresentou decréscimo real, enquanto as despesas com o custeio da máquina administrativa e o serviço da dívida pública tiveram forte incremento real. Os investimentos públicos continuam com sua tendência declinante. A rigidez da maioria das despesas e a necessidade de manutenção do investimento público para manter o desenvolvimento e o dinamismo do Ceará determinam que para a superação da crise fiscal devem ser adotadas ações para a elevação da receita própria, como melhorar a gestão da dívida ativa e rever os incentivos fiscais ineficientes concedidos ao setor produtivo.

PALAVRAS-CHAVE

Finanças Públicas; Crise Fiscal; Contabilidade Pública; Estado do Ceará.

ABSTRACT

Brazilian states are going through a period of fiscal difficulties that started in 2014 and intensified in 2015. Ceará is in a privileged position in comparison with other several federal units, presenting sound fiscal indicators within the acceptable parameters. In 2015, Ceará State promoted a fiscal adjustment in order to increase its own revenues through legislative changes and reduced the administrative costs and investment. Therefore, this essay analyzes the evolution of the main fiscal management indicators of Ceará State in the first quarter of 2016, demonstrating, in an accessible manner, the most recent data on the subject. The aim is to compare the Ceará's results with the indicators of other Brazilian federal units. Through a predominantly quantitative research, based on tax reports published on the websites of the Ministry of Finance National Treasury Secretariat, the data is analyzed descriptively and compared with several specific indicators. This essay concludes that in the first quarter of 2016 there was a slight recovery in the State's revenue, but without real growth. Spending with Personal and other cost presented a real decrease while the administrative costs and the public debt service had a real strong growth. Public Investments continue their downward trend. The stiffness of the majority of the expenses and the need to maintain public investment to keep up with Ceará's development and dynamism urge that in order to overcome the fiscal crisis fiscal measures to increase the State own revenues shall be adopted. Those measures cover the improvement of the active debt's management and the review of inefficient fiscal incentives granted to the productive sector.

KEYWORDS

Public Finance; Fiscal Crisis; Public Accounting; State of Ceará.

1 INTRODUÇÃO

A crise fiscal pela qual passa os estados brasileiros foi intensificada no ano de 2015 e, apesar dos ajustes realizados, tanto no âmbito da ampliação das receitas, como na restrição das despesas, não existe qualquer perspectiva de superação das dificuldades financeiras dos entes subnacionais no curto prazo. Por outro lado, os estados mais organizados, em termos fiscais, podem ampliar seu nível de endividamento para evitar comprometer suas atividades finalísticas.

O Ceará mantém-se entre as unidades federadas de melhor desempenho fiscal, entretanto, a insuficiência de recursos começa a ameaçar a manutenção da elevada taxa de investimento público. Por outro lado, a retomada do crescimento econômico, com a consequente ampliação das receitas, permitirá uma rápida superação das dificuldades conjunturais.

Este artigo tem por objetivo analisar a evolução dos principais indicadores da gestão fiscal do Estado do Ceará do primeiro bimestre de 2016, evidenciando os dados mais recentes disponibilizados. Adicionalmente, discute-se o comportamento de longo prazo de alguns indicadores. Busca-se, ainda, para as variáveis mais relevantes, efetuar uma análise comparativa com outras unidades da Federação.

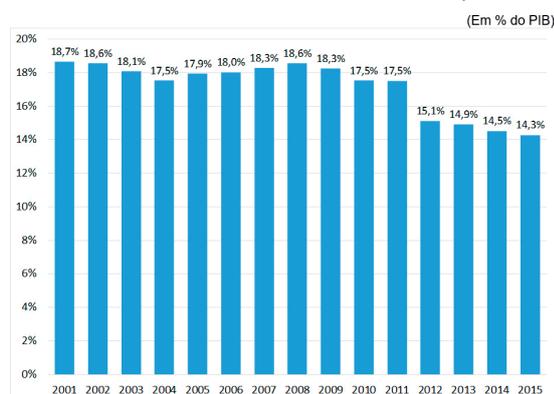
Por meio de pesquisa de natureza predominantemente quantitativa, com base nos relatórios fiscais publicados nos portais das unidades federativas e no sítio eletrônico da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, os dados são analisados de forma descritiva e comparada, a partir de diversos indicadores específicos.

O presente trabalho é dividido em 8 seções, além desta Introdução. A segunda seção verifica o desempenho das receitas correntes. Na terceira seção, evidenciam-se as receitas de capital. Na seção seguinte, é apresentada a evolução das despesas correntes, enquanto na quinta seção apresentam-se as receitas de capital. A sexta parte do artigo, de forma mais densa, exhibe a apuração do resultado primário, a dívida pública e a capacidade de investimento do Estado com recursos próprios. Nessa mesma seção, aborda-se a disponibilidade de caixa do Estado do Ceará. A sétima seção é sobre a dívida ativa estadual, enquanto a oitava calcula e discute os indicadores de análise econômico-financeira. Na última seção, apresentam-se as considerações finais. O artigo conta, ainda, com dois apêndices. O primeiro é um glossário com os termos de finanças públicas utilizados neste trabalho. O segundo detalha a metodologia utilizada para a elaboração de alguns indicadores.

2 RECEITAS CORRENTES

O Gráfico 1 exibe as receitas correntes do Estado do Ceará como porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB). Uma análise visual do Gráfico 1 permite identificar a existência de uma quebra estrutural em 2012. Em média, as receitas correntes do Ceará, entre 2001 e 2011, representavam 18,1% do PIB, enquanto entre 2012 e 2015, a receita corrente foi, em média, 14,7% do PIB, redução de 3,4 pontos percentuais.

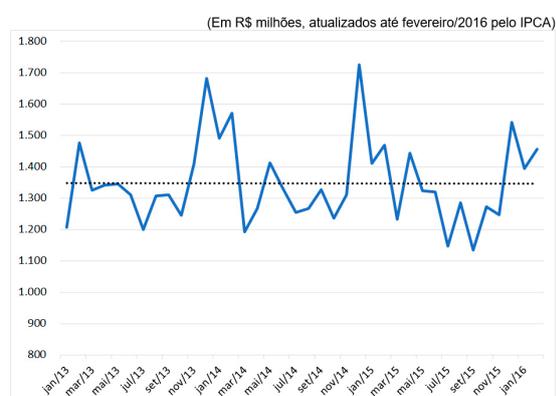
Gráfico 1 – Receitas Correntes do Ceará (2001 – 2015)



Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015, foram utilizadas estimativas do Ipece. Fonte: elaboração própria, utilizando receitas correntes, exceto intra-orçamentárias constantes do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

A evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) do Ceará, em termos reais, é apresentada no Gráfico 2, no qual se pode identificar decréscimo real, principalmente a partir de 2015, tendo como destaque negativo o período de depressão entre julho e setembro de 2015.

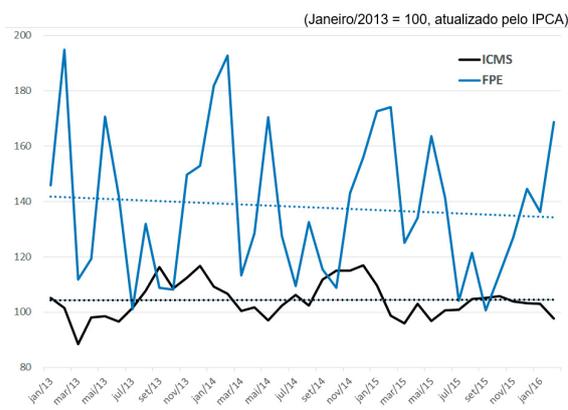
Gráfico 2 – Receita Corrente Líquida do Ceará (Janeiro/2013 a Fevereiro/2016)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Os componentes mais significativos das receitas correntes são o ICMS¹ e o Fundo de Participação dos Estados (FPE). Essas duas receitas, em 2015, foram responsáveis por mais de 72% da receita corrente. O Gráfico 3 mostra o comportamento do ICMS e do FPE nos últimos 38 meses. Verifica-se elevada dispersão do FPE, com tendência claramente decrescente. Em relação ao ICMS, constata-se certa estabilidade, com decréscimo acentuado da arrecadação a partir do segundo semestre de 2015.

Gráfico 3 – ICMS e FPE do Ceará (Janeiro/2013 a Fevereiro/2016)



Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Na Tabela 1, são expostas as taxas de crescimento da RCL, ICMS e FPE que registraram decréscimo real, superior a 2% nos últimos doze meses. Detalhe relevante é que o decréscimo do ICMS e FPE, de 4,4% e 4,3%, respectivamente, é superior ao percentual de redução da RCL, indicando que as receitas menos relevantes, como as taxas, apresentam desempenho melhor.

A Tabela 2 indica os montantes nominais, em 2014 e 2015, bem como os valores relativos ao primeiro bimestre, em 2015 e 2016, da RCL, ICMS e FPE. A RCL, no primeiro bimestre de 2016, cresceu nominalmente 9,4% em relação ao primeiro bimestre de 2015, enquanto a inflação no período, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) acumulou 10,36%. Importante registrar a forte queda das transferências relativas ao FPE, que, em termos nominais, foram reduzidas em 2,8%.

¹ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

**Tabela 1 – Taxas de Crescimento RCL, ICMS e FPE do Ceará
(Março/2013 a Fevereiro/2016)**

(Em R\$ milhões, atualizados até Fevereiro/2016 pelo IPCA)

Receitas	Março/2013 - Fevereiro/2014	Março/2014 - Fevereiro/2015	Março/2015 - Fevereiro/2016	Taxas de Crescimento (%)		
	(a)	(b)	(c)	(b) / (a)	(c) / (a)	(c) / (b)
RCL	16.540	16.205	15.799	-2,0%	-4,5%	-2,5%
ICMS	10.392	10.526	10.061	1,3%	-3,2%	-4,4%
FPE	6.033	5.963	5.706	-1,2%	-5,4%	-4,3%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

**Tabela 2 – Receitas Correntes do Ceará
(2014 - 2016)**

(Em R\$ milhões)

Receitas	2014	2015	Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
RCL	14.418,48	15.176,42	2.651,40	2.900,43	9,4%
ICMS	9.319,32	9.715,89	1.581,30	1.681,27	6,3%
FPE	5.327,15	5.604,08	1.152,10	1.120,19	-2,8%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

3 RECEITAS DE CAPITAL

As principais receitas de capital são as operações de crédito, nas quais o governo estadual toma recursos provenientes de empréstimos. Outra receita de capital relevante são as transferências de capital por meio de convênios, geralmente firmados com a União. A Tabela 3 aponta as receitas de capital do Ceará em 2014 e 2015, indicando, também, as receitas de capital do primeiro bimestre de 2015 e 2016. Os dados evidenciam que o Ceará aumentou em 2016 as receitas de capital. O incremento nominal do primeiro bimestre foi de 38,79%, devido ao forte incremento das Transferências por Convênio.

Tabela 3 – Receitas de Capital do Ceará (2013 - 2015)

(Em R\$ milhões)

Receitas	2014	2015	Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Operações de Crédito	1.633,75	1.539,76	84,53	79,43	-6,03%
Transferências por Convênio	792,36	340,92	22,07	69,57	215,22%
Outras Receitas de Capital	114,10	48,52	0,76	0,00	-100,00%
Receitas de Capital	2.540,21	1.929,20	107,36	149,00	38,79%

Fonte: elaboração própria com dados da Sefaz-CE.

4 DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes são compostas por gastos com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida pública, transferências aos municípios e outras despesas correntes. Na última parcela, estão inclusos os gastos com o custeio administrativo da máquina estadual, sem considerar a folha de pagamento. A Tabela 4 mostra as despesas correntes do Ceará em 2014 e 2015, evidenciando, ainda, os valores registrados no primeiro bimestre de 2015 e 2016.

Verifica-se a elevação significativa dos juros e encargo da dívida em 67,03% no último bimestre, devido ao componente cambial da dívida externa, elevada inflação e aumento da dívida bruta a partir de 2014. Percebe-se, também, queda real na folha salarial, tendo crescido apenas 6,18%. Um fato novo é a elevação do custeio da máquina administrativa que, com o incremento nominal de quase 19%, teve crescimento real.

Em todas as unidades federadas, o gasto com pessoal e encargos sociais é a maior parcela das despesas públicas. A LRF estabeleceu limites para esse tipo de gasto. No Ceará, o Poder Executivo não pode gastar valor superior a 48,6% da RCL com pessoal e encargos sociais. O limite prudencial, a partir do qual são impostas limitações ao Estado, é 46,17% da RCL. A Tabela 5 mostra os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo do Estado do Ceará como percentual da RCL em 2013, 2014 e 2015.

Tabela 4 – Despesas Correntes do Ceará (2014 - 2016)

Despesas	(Em R\$ milhões)				
	2014	2015	Jan a Fev/2015	Jan a Fev/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Pessoal e encargos sociais	8.305,46	9.091,78	1.345,14	1.428,23	6,18%
Juros e encargos da Dívida	297,66	414,56	39,40	65,81	67,03%
Transferências a Municípios	2.574,57	2.703,96	552,00	570,11	3,28%
Outras despesas correntes	5.150,89	5.093,07	356,56	423,81	18,86%
Despesas Correntes	16.328,58	17.303,37	2.293,10	2.487,96	8,50%

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

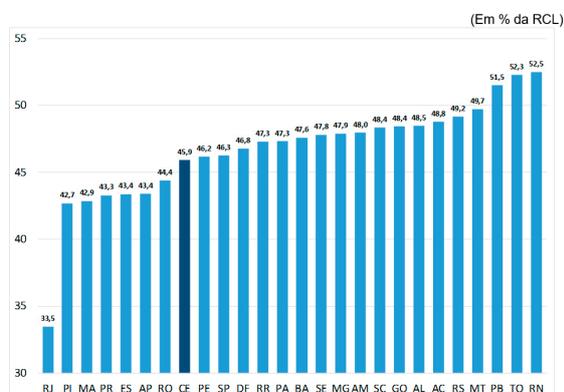
Tabela 5 – Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo do Ceará (2013 - 2015)

Poderes	Limite Prudencial	Limite Máximo	(Em % da RCL)			
			2013	2014	2015	Taxa de Crescimento (p.p.)
			(a)	(b)	(c)	(c) - (b)
Executivo	46,17%	48,60%	43,53%	44,09%	45,93%	1,84 p.p.
Legislativo	3,23%	3,40%	2,27%	2,33%	2,48%	0,15 p.p.
Judiciário	5,70%	6%	4,98%	5,27%	5,69%	0,42 p.p.
Ministério Público	1,90%	2%	1,55%	1,65%	1,90%	0,25 p.p.
Total	57,00%	60,00%	52,33%	53,34%	56,00%	2,66 p.p.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) – Sefaz/CE.

Observa-se que em 2015 o total com despesa de pessoal cresceu mais de dois pontos percentuais, aproximando-se do limite prudencial. Como um indicador é uma razão, o resultado é derivado do decréscimo real do denominador, ou seja, a RCL.

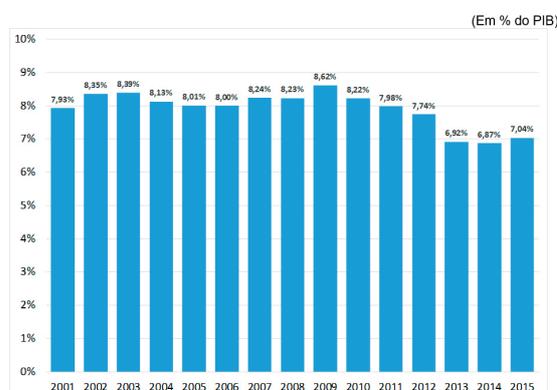
Comparando-se o gasto com pessoal do Poder Executivo no Ceará, com os indicadores das outras unidades, verifica-se que o Ceará tem o oitavo menor gasto com pessoal em termos de percentual da RCL, conforme se verifica no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Gastos Totais com Pessoal do Poder Executivo das Unidades Federadas (3º Quadrimestre de 2015)

Nota: dados não disponíveis para Mato Grosso do Sul. Fonte: Elaboração própria com dados do STN/MF.

O Gráfico 5 mostra as despesas totais com pessoal e encargos sociais entre 2001 e 2015 como proporção do PIB, evidenciando uma tendência decrescente iniciada em 2009. Considerando o volume de investimentos em novos equipamentos públicos nos últimos anos, o resultado surpreende. Ante o verificado, percebe-se que o aumento das despesas com pessoal como proporção da RCL é resultado do baixo desempenho das receitas, sejam receitas próprias ou transferências.

Gráfico 5 - Despesas Totais com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo do Ceará (2001 – 2015)



Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015 foram utilizadas estimativas do Ipece.

Fonte: elaboração própria, utilizando as despesas com pessoal registradas no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

5 DESPESAS DE CAPITAL

As despesas de capital são divididas em investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida pública. A Tabela 6 mostra as despesas de capital do Ceará em 2014 e 2015, apontando, também, os valores do primeiro bimestre de 2015 e 2016. Verifica-se o crescimento exponencial das amortizações, que cresceram mais de 150%, enquanto permanece o ciclo de redução dos investimentos. O crescimento das amortizações evidencia que o ciclo de endividamento, iniciado em 2014, começa a ter efeitos muito significativos nas contas públicas.

Tabela 6 – Despesas de Capital do Ceará (2014 - 2016)

Despesas	(Em R\$ milhões)				
	2014	2015	Jan a Feb/2015	Jan a Feb/2016	Taxa de Crescimento (%)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(d)/(c)
Amortizações da Dívida Pública	532,54	689,35	34,04	151,26	344,36%
Investimentos	3.474,26	2.411,10	128,18	85,78	-33,08%
Inversões financeiras	434,10	119,35	5,33	12,53	135,08%
Despesas de capital	4.440,90	3.219,79	167,55	249,56	48,95%

Fonte: elaboração própria com dados da Sefaz-CE.

Em 2015, já foi verificado o processo de redução dos investimentos, que contabilizou 30,6% de decréscimo com respeito ao ano de 2014. Apesar da redução, o Ceará foi destaque, no tocante ao volume total de investimentos públicos

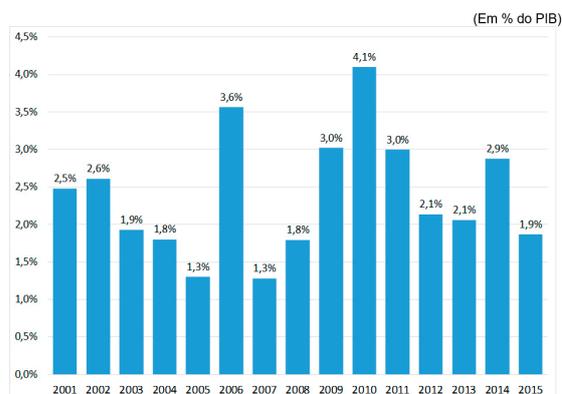
realizados em 2015, sendo a quarta unidade federativa que mais investiu, superado apenas por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que possuem PIB e renda bem superior ao Estado do Ceará. No primeiro bimestre de 2016, o Ceará assume apenas a 13^o posição, sendo superado por três estados da Região Nordeste. Os dados relativos ao investimento das unidades federadas em 2014, 2015 e no primeiro bimestre de 2016 são expostos na Tabela 7.

O Gráfico 6 identifica os investimentos em um horizonte temporal maior, mostrando o período de 2001 e 2015 como proporção do PIB. Observa-se que, desde 2009, o Governo do Ceará investe mais de 1,9% do PIB. Em 2014, com dados do Sistema de Informação Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as unidades federadas tomadas em conjunto investiram apenas 1,02% do PIB.

Tabela 7 – Investimentos* por Unidade Federativa (2013 - 2015)

UF	2014		2015		Jan a Fev/2016	
	Pos		Pos		Pos	
SP	12.944,82	1	8.780,22	1	1.688,60	1
PE	2.543,39	5	1.066,48	9	661,01	2
SC	2.191,03	9	1.806,96	6	524,00	3
GO	2.530,72	7	1.491,72	7	336,10	4
DF	1.642,94	14	674,40	15	310,92	5
AM	2.214,70	8	845,14	13	190,77	6
ES	1.872,42	10	620,47	17	174,56	7
SE	500,24	24	337,97	25	172,22	8
PR	1.545,23	15	1.031,57	10	169,33	9
RJ	7.666,20	2	6.660,74	2	168,19	10
TO	940,51	21	341,71	24	100,72	11
BA	2.540,22	6	2.292,14	5	86,55	12
CE	3.475,77	4	2.411,10	4	85,78	13
PB	1.157,70	19	794,95	14	72,01	14
RS	1.452,07	17	658,20	16	66,15	15
M	4.168,39	3	3.186,56	3	63,91	16
MT	1.763,73	11	848,90	12	63,13	17
PA	1.489,57	16	1.359,92	8	62,78	18
RN	360,31	26	590,91	18	57,86	19
PI	918,60	22	520,85	21	57,85	20
RO	533,61	23	547,27	19	57,31	21
MA	1.694,68	13	936,74	11	45,61	22
AC	1.104,24	20	382,33	23	35,82	23
AL	1.268,87	18	521,06	20	29,50	24
AP	407,54	25	439,49	22	3,74	25
RR	357,10	27	170,71	26	nd	
MS	1.721,97	12	nd		nd	

Fonte: elaboração própria com dados do Siconfi da STN/MF.

Gráfico 6 – Investimentos do Estado do Ceará (2001 – 2015)

Nota: para a construção da série do PIB, foram utilizados dados do IBGE para o período entre 2001 e 2013. Para 2014 e 2015 foram utilizadas estimativas do Ipece.

Fonte: elaboração própria, utilizando os investimentos registrados no Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

6 RESULTADO PRIMÁRIO, DÍVIDA PÚBLICA, CAPACIDADE DE INVESTIR COM RECURSOS PRÓPRIOS E DISPONIBILIDADE DE CAIXA

O Resultado Primário é importante indicador de finanças públicas, que mensura a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas com a dívida pública. Este indicador é a diferença entre as receitas e despesas do Governo, excluindo-se deste cômputo as operações financeiras e as receitas com alienação de ativos. Por definição, a existência do superávit primário não assegura a solidez das finanças do ente estatal, haja vista que o volume do superávit pode não ser suficiente para custear o serviço da dívida.

Por outro lado, é necessário esclarecer que o déficit primário não implica irresponsabilidade fiscal, já que em seu cômputo não se consideram os recursos disponíveis de poupanças dos exercícios anteriores e a elevação planejada do nível de endividamento. É óbvio que déficits primários continuados no longo prazo são insustentáveis, mas no curto prazo, isoladamente, nada revelam sobre a saúde fiscal do Estado. No Estado do Ceará, de maneira não usual, mas por permissão das leis de diretrizes orçamentárias, no cálculo do resultado primário são excluídas as despesas com investimentos em infraestrutura e o superávit primário do exercício anterior.

A Tabela 8 exibe os resultados primários de 2007 a 2015, apontando também o resultado primário no primeiro bimestre de 2016. Na última coluna, são apresentados os resultados não considerando os ajustes relativos aos investimentos em infraestrutura e a recuperação do saldo exercício anterior.

Considerando a metodologia de cálculo sem deduções, o Ceará teve quatro anos sucessivos de déficit primário. Invertendo a tendência, no primeiro bi-

mestre de 2016, o Estado acumulou superávit superior a R\$ 1 bilhão. Diante da opção do Governo Estadual de elevação da taxa de investimento público, via aumento do endividamento, é necessário avaliar o comportamento da dívida pública estadual.

A Tabela 8 mostra os resultados primários de 2007 a 2015. Na última coluna, são apresentados os resultados não considerando os ajustes relativos aos investimentos em infraestrutura e a recuperação do saldo exercício anterior. Considerando a metodologia de cálculo sem deduções, o Ceará, em 2015, registra pelo quarto ano consecutivo déficits primários.

Tabela 8 – Resultado Primário do Ceará (2007 - 2015)

Período	Resultado Primário			
	Com Ajustes permitidos na LDO		Sem Ajustes permitidos na LDO	
	(Em R\$ milhões)	(% RCL)	(Em R\$ milhões)	(% RCL)
2007	1.133,99	17,3%	1.133,99	17,3%
2008	1.380,24	17,5%	1.380,24	17,5%
2009	1.164,64	13,9%	359,64	4,3%
2010	877,16	9,1%	-738,4	-7,6%
2011	1.642,38	15,0%	3,95	0,0%
2012	621,07	5,1%	-202,03	-1,7%
2013	746,17	5,6%	-125,49	-0,9%
2014	455,34	3,2%	-1.523,00	-10,6%
2015	460,81	3,0%	-992,94	-6,5%
Jan-Fev/2016	1.103,31	38,0%	1.039,77	35,8%

Fonte: elaboração própria, utilizando dados do registrados no Demonstrativo do Resultado Primário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Tabela 9 – Dívida Pública e Ativo Disponível do Estado do Ceará (2007 - 2016)

Período	Dívida Consolidada		Ativo Disponível		Dívida Consolidada Líquida		Variação Indexadores	
	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	3.520,33	15,37%	1.008,30	15,37%	2.512,03	38,29%	-348,70	-5,32%
2008	3.809,61	24,76%	1.952,57	24,76%	1.857,04	23,55%	425,85	5,40%
2009	3.446,82	23,81%	2.000,20	16,35%	1.446,62	17,22%	-710,34	-8,46%
2010	4.259,96	16,35%	1.579,85	18,99%	2.680,11	29,38%	-25,57	-0,26%
2011	5.304,46	19,66%	2.082,74	22,72%	3.221,72	29,38%	397,63	3,63%
2012	5.745,08	22,72%	2.384,72	19,66%	3.360,36	27,70%	264,39	2,18%
2013	6.980,85	16,76%	3.039,95	11,91%	3.940,90	29,45%	522,42	3,90%
2014	8.501,13	11,91%	2.416,15	11,91%	6.084,98	42,20%	419,07	2,91%
2015	11.113,04	11,42%	1.743,23	11,42%	9.369,81	62,83%	1.761,50	11,61%
Jan-Fev/2016	11.172,33	11,42%	1.733,79	11,42%	9.438,54	62,19%	131,12	0,86%

Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

A Tabela 9 mostra o forte aumento na dívida pública do Ceará a partir de 2013. Em proporção à RCL, a dívida consolidada líquida cresceu 139% entre o final

do exercício de 2013 e primeiro bimestre de 2016. Mesmo após o intenso crescimento, permanece distância razoável do limite endividamento de 200% da RCL, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40/2001. A Tabela 9 mostra também que o ativo disponível decresce desde o final de 2013. A não reversão desta tendência pode dificultar o cumprimento dos compromissos financeiros de curto prazo pelo Estado do Ceará. No final do exercício de 2015, a disponibilidade de caixa não vinculada do Ceará recuou a menos de R\$ 330 milhões, que representa apenas 2,2% da RCL anual, o que equivale a menos de 30% da média mensal da RCL. A Tabela 10 exhibe a disponibilidade de caixa líquida entre 2010 e 2015.

Outro dado preocupante, apontado na Tabela 9, é a redução dos ativos disponíveis do Estado, que decaíram, entre 2013 e 2015, R\$ 1,2 bilhão. A Tabela 10 indica a disponibilidade de caixa do Estado do Ceará, que só é divulgada no último bimestre de cada exercício. Verifica-se que, no tocante a recursos não vinculados, o Estado do Ceará apresenta o menor valor registrado desde 2010, equivalente a apenas 2,2% da receita corrente líquida anual, o que equivale a 26% da receita corrente líquida mensal. Este dado indica que, salvo reversão dos demais indicadores fiscais, o Estado começará a encontrar dificuldades para a liquidação de suas despesas no curto prazo.

Tabela 10 – Disponibilidade de Caixa do Estado do Ceará (2010 - 2015)

Anos	Recursos Vinculados		Recursos Não Vinculados		Total	
	(Em R\$ milhões)	% RCL	(Em R\$ milhões)	% RCL	(Em R\$ milhões)	% RCL
2010	476,53	4,9%	689,82	7,1%	1.166,35	12,1%
2011	684,93	6,2%	995,23	9,1%	1.680,16	15,3%
2012	803,09	6,6%	779,65	6,4%	1.582,75	13,0%
2013	920,47	6,9%	1.123,75	8,4%	2.044,21	15,3%
2014	1.225,91	8,5%	627,42	4,4%	1.853,33	12,9%
2015	1.068,75	7,0%	329,10	2,2%	1.397,85	9,2%

Fonte: elaboração própria com dados do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar do Relatório de Gestão Fiscal (RCF) - Sefaz/CE.

A Tabela 11 verifica os dados relativos ao serviço da dívida e ao rendimento financeiro do Estado do Ceará. Os números indicam a piora da situação fiscal do Estado, com o serviço da dívida se aproximando de 8% da RCL, mas ainda existe segura distância do limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 43/2001, equivalente a 11,5% da RCL. Por outro lado, a receita patrimonial, que é formada principalmente pelos rendimentos financeiros, está em processo de redução, em consequência da menor disponibilidade de caixa.

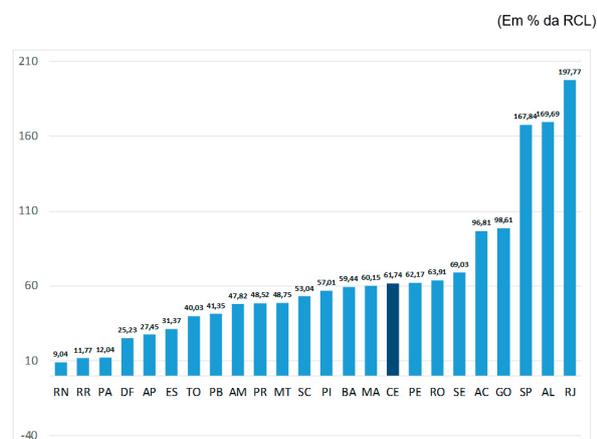
Tabela 11 – Serviço da Dívida Pública e Rendimento Financeiro do Ceará (2007 - 2016)

Período	Juros e Encargos	Amortizações	Serviço da Dívida		Receita Patrimonial	
	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	222,85	264,82	487,67	7,43%	108,90	1,66%
2008	212,12	272,52	484,64	6,15%	227,68	2,89%
2009	191,14	287,58	478,72	5,70%	237,71	2,83%
2010	189,01	224,45	413,46	4,28%	214,30	2,22%
2011	219,50	266,20	485,70	4,43%	273,43	2,49%
2012	247,10	635,30	882,40	7,27%	441,96	3,64%
2013	246,48	477,17	723,65	5,41%	562,65	4,21%
2014	297,66	532,54	830,20	5,76%	417,81	2,90%
2015	414,56	689,35	1103,91	7,27%	377,48	2,49%
Jan-Fev/2016	65,82	151,26	217,08	7,48%	57,55	1,98%

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanço Orçamentário do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) – Sefaz/CE.

Efetuada-se uma análise comparativa do nível de endividamento do Ceará com o registrado pelas outras unidades federativas, verifica-se que o Ceará possui um nível de endividamento intermediário. O Gráfico 7 evidencia a dívida consolidada líquida das unidades federativas como proporção da RCL.

Gráfico 7 – Dívida Consolidada Líquida das Unidades Federadas em 31 de dezembro de 2015



Nota: dados para Mato Grosso do Sul não disponível. Fonte: elaboração própria com dados do Siconfi da STN/MF.

Em situações nas quais o serviço da dívida pública é baixo, a capacidade de investimento com recursos próprios é um indicador de solidez financeira mais preciso que o resultado primário. Desta forma, a Tabela 12 indica que, em todo o período analisado, o Ceará registrou capacidade de investimento com recursos próprios significativas. Ou seja, suas receitas correntes primárias, subtraídas das despesas correntes primárias, são suficientes para o pagamento do serviço da dívida, permitindo, ainda, que a poupança pública gerada financie parte do investimento público. Os dados relativos ao primeiro bimestre indicam uma possível recuperação na capacidade de geração de poupança que era declinante desde 2014.

Tabela 12 – Capacidade de Investimento com Recursos Próprios* do Ceará (2007 -2015)

Período	Capacidade de Investimento com Recursos Próprios	
	(Em R\$ milhões)	(Em % da RCL)
2007	1.016,03	15,5%
2008	1.576,56	20,0%
2009	977,45	11,6%
2010	1.356,70	14,0%
2011	1.600,95	14,6%
2012	918,10	7,6%
2013	1.208,51	9,0%
2014	651,75	4,5%
2015	401,10	2,6%
Jan-Fev/2016	907,96	31,3%

Nota: * - Diferença entre receitas primárias correntes e despesa primárias correntes, mais rendimento financeiro, menos o serviço da dívida pública. ** - De 2007 a 2011: utilizada a despesa liquidada, enquanto de 2012 a 2016, utilizou-se a despesa empenhada.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

No caso dos estados federados, o investimento público pode ser financiado principalmente por recursos próprios, operações de crédito ou transferências de União. A Tabela 13 traz uma estimativa da participação das fontes de financiamento no investimento público do Ceará. Apesar da tendência declinante, a participação dos recursos próprios como fonte de financiamento do investimento é significativa, principalmente até 2012. No primeiro bimestre de 2016, o baixo investimento fez com que, pela metodologia utilizada, não fossem necessários recursos próprios.

Tabela 13 – Fontes de Financiamento do Investimento do Ceará (2007 -2015)

Período	Recursos Próprios*	Convênios de Capital	Operações de Crédito	Outras Receitas de Capital
2007	51,0%	23,0%	26,0%	0,0%
2008	54,2%	16,2%	15,5%	14,2%
2009	32,9%	19,0%	39,8%	8,3%
2010	44,0%	20,4%	35,5%	0,1%
2011	47,8%	18,1%	34,0%	0,1%
2012	46,9%	11,4%	39,2%	2,5%
2013	16,8%	29,2%	53,2%	0,8%
2014	26,9%	22,8%	47,0%	3,3%
2015	14,3%	16,5%	66,9%	2,3%

Nota: * De 2007 a 2011: utilizada a despesa liquidada, enquanto de 2012 a 2015, utilizou-se a despesa empenhada. ** - calculado como resíduo.

Fonte: elaboração própria, com dados do Demonstrativo do Resultado Primário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

A Tabela 14 mostra o prazo médio para pagamento dos empréstimos de longo prazo do Estado do Ceará. Em média, o Ceará paga sua dívida de longo prazo em 11,2 anos. O Gráfico 8 realiza o cômputo do prazo médio para pagamento da dívida de longo prazo de algumas unidades da Federação em 2014.

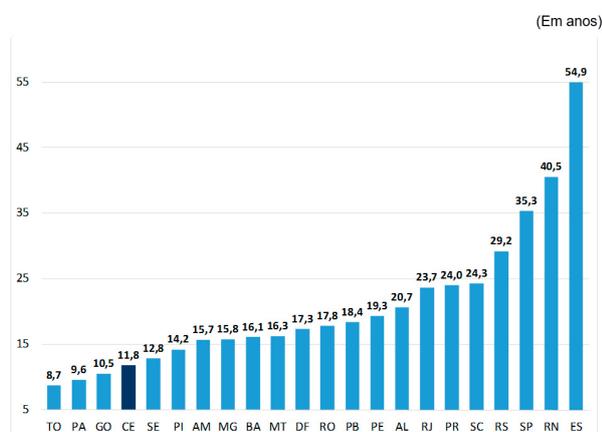
Tabela 14 – Dívida de Empréstimos a Longo Prazo do Estado do Ceará (2010 -2015)

Período	Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	Prazo Médio para Pagamento
	(Em R\$ milhões)	(Em anos)
2010	4.259,9	12,77
2011	5.304,4	12,87
2012	5.188,3	7,64
2013	6.282,2	10,87
2014	7.764,6	11,79
2015	10.425,2	13,19

Fonte: elaboração própria, com dados do Balanços Patrimonial - Sefaz/CE.

Nos dados levantados, percebe-se que o Ceará tem o quarto menor prazo médio, indicando que a dívida pública cearense não compromete significativamente o bem-estar das gerações futuras, mas, pela mesma razão, eleva o custeio da dívida. Os dados apontam que uma possível estratégia de política fiscal para o Estado é o alongamento do prazo da dívida pública. Neste momento, o Governo Estadual busca viabilizar a execução do alongamento.

Gráfico 8 – Prazo Médio para Pagamento dos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (2014)



Fonte: elaboração própria, com dados da Balanço Patrimonial das unidades federativas.

7 DÍVIDA ATIVA

A dívida ativa dos entes federados representa os direitos a receber a longo prazo, sendo composta principalmente pelos tributos lançados e não efetivamente arrecadados. Esses recursos não são considerados receitas no exercício em que foram lançados, devido à adoção do regime de caixa para o registro das receitas. A

Tabela 15 mostra o prazo médio para o recebimento da dívida ativa no Estado do Ceará entre 2010 e 2015. Em média, o Ceará leva quase 100 anos para transformar a dívida ativa em receita efetiva, indicando que existem ineficiências nas normas legais de execução fiscal ou nos procedimentos operacionais de cobrança.

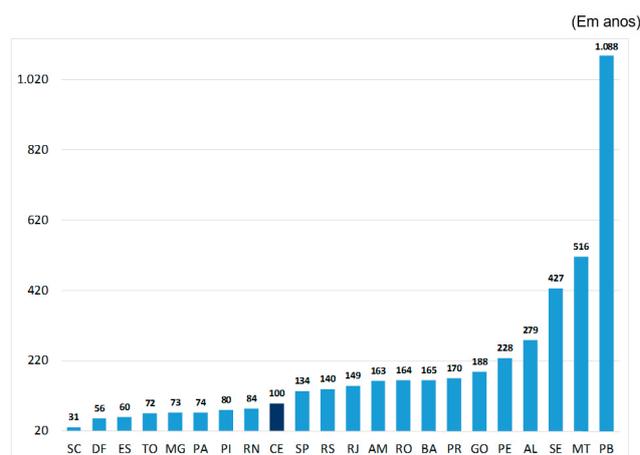
O mesmo cálculo realizado para algumas unidades da Federação mostrou que o prazo médio no Ceará se encontra no nível intermediário da distribuição, apontando que o problema é nacional, apesar de existirem políticas locais, além de anistias e remissões, que podem ser adotadas para a correção dessa anomalia. Os dados com o prazo médio para recebimento da dívida ativa das unidades federadas são expostos no Gráfico 9.

Tabela 15 – Dívida Ativa do Estado do Ceará (2010 – 2015)

Ano	Saldo da Dívida Ativa em 31 de Dezembro (Em R\$ milhões)	Prazo Médio para Recebimento (Em anos)
2010	4.717,96	75,35
2011	5.058,96	90,57
2012	5.967,58	143,49
2013	5.952,95	58,11
2014	6.455,28	99,51
2015	7.382,70	98,01

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Patrimonial - Sefaz/CE

Gráfico 9 – Prazo Médio para Recebimento da Dívida Ativa (2014)



Fonte: elaboração própria, com dados da Balanço Patrimonial das unidades federativas.

8 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Esta seção apresenta os indicadores clássicos de análise econômico-financeira para o Estado do Ceará nos exercícios de 2014 e 2015, bem como no primeiro bimestre de 2016. Os resultados são apresentados na Tabela 16.

Dos indicadores levantados, destaca-se o baixo nível de execução da receita e despesa no exercício de 2014 e 2015, confirmando que os efeitos da crise econômica foram subdimensionados por ocasião da elaboração da lei orçamentária anual. Outro fato que merece registro são os superávits elevados no orçamento corrente que financiam os déficits do orçamento de capital, indicando a existência de poupança pública.

Tabela 16 – Indicadores de Análise Econômico-Financeira do Ceará (2013 – 2015)

Indicador	2014	2015	Jan-Fev/2016
Quociente do equilíbrio orçamentário	1,00	1,00	1,00
Quociente da execução da receita	0,87	0,85	0,15
Quociente da execução da despesa	0,85	0,85	0,11
Quociente do resultado orçamentário (despesa empenhada)	0,97	0,99	1,35
Quociente do resultado orçamentário (despesa liquidada)	0,99	1,01	1,50
Quociente da execução orçamentária corrente	1,07	1,07	1,43
Resultado do orçamento corrente	R\$ 1,22 bilhão	R\$ 1,09 bilhão	R\$ 1,07 bilhão
Resultado do orçamento de capital	R\$ -1,90 bilhão	R\$ -1,29 bilhão	R\$ -0,01 bilhão
Resultado do balanço orçamentário	R\$ -0,68 bilhão	R\$ -0,20 bilhão	R\$ -0,97 bilhão
Resultado intra-orçamentário	R\$ 0,03 bilhão	R\$ -0,04 bilhão	R\$ 0,09 bilhão
Resultado geral do balanço orçamentário (despesa empenhada)	R\$ -0,65 bilhão	R\$ -0,20 bilhão	R\$ 1,07 bilhão
Resultado geral do balanço orçamentário (despesa liquidada)	R\$ -0,65 bilhão	R\$ 0,17 bilhão	R\$ 1,23 bilhão

Fonte: elaboração própria com dados do Balanço Orçamentário, do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) - Sefaz/CE.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio demonstrou que o Estado do Ceará, a partir de 2015, enfrenta uma grave crise fiscal, derivada da redução real das receitas próprias e das transferências da União. Mesmo em situação melhor que a maioria dos estados brasileiros, foi necessário realizar um ajuste fiscal em 2015, buscando, por um lado, elevar as receitas próprias por meio de alterações legislativas. Por outra vertente, realizou-se forte redução no custeio da máquina administrativa, que, em 2015, não teve sequer crescimento nominal. Reduziu, ainda, o investimento em mais de 30%, mas, mesmo assim, manteve-se entre as quatro unidades federadas que mais realizaram investimentos.

Em relação ao primeiro bimestre de 2016, ocorreu uma ligeira recuperação da receita, mas sem a obtenção de crescimento real. O gasto com a folha de pessoal e encargos apresenta decréscimo real, enquanto as despesas com o custeio da máquina administrativa e o serviço da dívida pública tiveram forte incremento real. Os investimentos públicos continuam com sua tendência declinante, e os indicadores de solidez fiscal permanecem dentro de limites razoáveis, apesar dos ativos disponíveis no curto prazo continuarem em níveis muito baixos.

Considerando a rigidez da maioria das despesas e a dependência em relação ao investimento público para o desenvolvimento e dinamismo da economia do Ceará, a superação da crise fiscal deve vir por meio de ações complementares no tocante à elevação da receita, em especial, uma melhor gestão da dívida ativa e a revisão de incentivos fiscais ineficientes concedidos ao setor produtivo.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios de Gestão Fiscal, 2001 a 2015**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 15 maio 2016.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, 2001 a 2015**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/financas_publicas/gerados/lrf.asp>. Acesso em: 15 maio 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro**. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em 15 maio 2016.

APÊNDICE I

GLOSSÁRIO

A

- **Amortizações:** pagamento total ou parcial do principal da dívida pública.

B

- **Balanço Orçamentário:** demonstrativo contábil regulamentado pela Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em que se apresentam as receitas e despesas previstas e despesas fixadas, suas execuções e o resultado orçamentário do período.

C

- **Convênios:** receitas recebidas de terceiros para aplicação em despesas correntes ou de capital.

D

- **Despesa com Pessoal:** seu conceito é definido no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde estão enumerados os somatórios dos gastos do ente da federação com os ativos, os inativos e os pensionistas.
- **Despesa Corrente:** aplicação de recursos públicos na realização de gastos necessários à manutenção e ao funcionamento de serviços públicos já existentes.
- **Despesas de Capital:** despesas destinadas a atender investimentos, criação de novos serviços, inversões financeiras e amortizações da Dívida Pública.
- **Disponibilidade de Caixa:** recursos financeiros disponíveis, incluindo as aplicações financeiras.
- **Dívida Consolidada:** são os empréstimos contraídos pelo Estado em longo prazo mais os títulos de capitalização de recursos emitidos pelo Estado.
- **Dívida Consolidada Líquida:** empréstimos de longo prazo menos os recursos financeiros disponíveis, deduzidos das obrigações de curto prazo. O resultado são as obrigações líquidas que o Estado tem com terceiros.

E

- **Encargos Sociais:** custos incidentes sobre a folha de pagamentos de salários.

F

- **Fundo de Participação dos Estados (FPE):** são transferências de recursos para os Estados e o Distrito Federal previstas na Constituição Federal relativas à parte do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

I

• **Inversões Financeiras:** despesas de capital com aquisição de imóveis, de bens de capital, já em utilização, aquisição de títulos representativos de capital de entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando tal, constituição não importe em aumento de capital, constituição ou aumento de capital de entidades que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações de crédito bancárias ou de seguros.

• **Investimentos:** as Despesas de Investimentos são aquelas necessárias ao planejamento e à execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos, constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

J

• **Juros e Encargos da Dívida:** são os recursos destinados ao pagamento dos encargos financeiros da dívida consolidada.

O

• **Operações de Crédito Externas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado externo, ou seja, fora do país.

• **Operações de Crédito Internas:** empréstimos adquiridos pelo Estado no mercado interno, ou seja, dentro do próprio país.

Q

• **Quociente do Equilíbrio Orçamentário:** razão resultante da divisão entre a previsão inicial da receita e a dotação Inicial da Despesa, indicando se há equilíbrio entre a previsão e a fixação constante da Lei Orçamentária Anual.

• **Quociente de Execução da Despesa:** indicador que examina a relação entre as despesas fixadas e as despesas realizadas. É resultante da relação entre a despesa executada e dotação atualizada.

• **Quociente de Execução da Receita:** indicador que mede a eficiência da previsão de arrecadação dos entes públicos e é obtido da relação entre a receita realizada e a previsão atualizada da receita.

• **Quociente da Execução Orçamentária Corrente:** divisão entre a receita corrente e a despesa corrente que mostrará se houve superávit ou déficit orçamentário no período.

• **Quociente do Resultado Orçamentário:** a relação entre a receita arrecadada e a despesa realizada demonstrando se houve superávit ou déficit orçamentário no período. Se a receita for maior que a despesa haverá superávit orçamentário, se ocorrer o contrário haverá déficit.

R

- **Receitas de Capital:** receitas arrecadadas provenientes de operações de créditos, alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos, transferências financeiras para aplicação em despesas de capital e outras fontes de recursos destinados a atender despesas de novos serviços a serem criados.
- **Receitas de Contribuições:** contribuições sociais e econômicas. As contribuições sociais são aplicadas em despesas com saúde, assistência e previdência. As contribuições econômicas são aplicadas em despesas constantes no orçamento fiscal.
- **Receitas Correntes:** receitas destinadas a manter a máquina pública, compondo um importante instrumento de financiamento dos programas voltados às políticas públicas.
- **Receita Corrente Líquida:** receita corrente deduzida das transferências constitucionais a outros entes da Federação e da aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
- **Receita Derivada:** receitas arrecadadas pelo Estado através do seu poder soberano. São exemplos de receitas derivadas os tributos e as contribuições. Todos definidos em Lei.
- **Receitas Originárias:** receitas arrecadas pelo Estado através de sua atividade comercial, industrial ou prestação de serviços, além de rendimentos do seu patrimônio: alugueis e rendimentos de aplicações financeiras.
- **Receita Patrimonial:** receita resultante da exploração do patrimônio do Estado, não possuindo caráter tributário.
- **Receitas Primárias Correntes:** receitas correntes deduzidas dos juros de aplicações financeiras.
- **Receita Pública:** recursos arrecadados pelo Estado, provenientes de receitas próprias e transferências constitucionais ou não, com a finalidade de custear despesas tais como educação, saúde, segurança, meio ambiente, dentre outras, bem como as despesas com investimentos destinados a novos serviços para atender às necessidades da sociedade.
- **Receita Tributária:** receitas que o Estado obtém resultantes da arrecadação dos tributos.
- **Rendimento de Aplicações Financeiras:** espécie de receita patrimonial formada pelos juros das aplicações no mercado financeiro.
- **Resultado Nominal:** variação da dívida do Estado de longo prazo.
- **Resultado Primário:** diferença entre as receitas primárias e despesas primárias que servirão para pagamento da dívida consolidada.
- **Resultado do Orçamento de Capital:** divisão entre a receita de capital e a despesa de capital.

T

- **Transferências Correntes:** recursos financeiros recebidos de outros entes federativos, de natureza constitucional ou legal, para aplicar em despesas correntes e de capital.

APÊNDICE II

NOTAS METODOLÓGICAS

1. Alguns relatórios contábeis utilizados para elaboração deste ensaio apresentam as despesas públicas em dois estágios: despesa empenhada e despesa liquidada. Objetivando padronizar a exposição e considerando que as despesas são computadas pelo empenho (Art. 35, inciso II, da Lei nº 4.320/1964), este ensaio, salvo menção explícita em contrário, utiliza as despesas empenhadas.

2. O Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará usado para construir a base de dados para os gráficos 1, 5 e 6 foi estimado da seguinte forma: i) para o período de 2001 a 2013, utilizaram-se os valores apurados pelo IBGE nas Contas Regionais do Brasil; ii) para a estimação do PIB de 2014, utilizou-se a variação real do PIB em 2014, divulgada pelas Contas Regionais do Ipece, na pesquisa do PIB Trimestral do Ceará, 4º Trimestre de 2014. Para a obtenção do PIB nominal, utilizou-se a variação do IPCA em 2014; iii) para a estimação do PIB de 2015, utilizou-se a variação do Índice de Atividade Econômica do Ceará (IBC-CE) em 2015, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Para a obtenção do PIB nominal, utilizou-se a variação do IPCA em 2015.

3. A capacidade de investimentos com recursos próprios, especificada na Tabela 12, foi estimada pelas seguintes expressões:

$$\mathbf{ResPCor = RecPrimCor - DesPrimCor}$$

Onde: *ResPCor* = Resultado Primário Corrente

RecPrimCor = Receita Primária Corrente

DesPrimCor = Despesa Primária Corrente

$$\mathbf{S = ResPCor + AplFin - ServDiv}$$

Onde: *S* = Capacidade de Investimento com Recursos Próprios

ResPCor = Resultado Primário Corrente

Apl = Rendimento de Aplicações Financeiras

ServDiv = Serviço da Dívida Pública

4. O cálculo do percentual do investimento realizado com recursos próprios, especificado na Tabela 13, foi estimado como resíduo pela seguinte expressão:

$$\mathbf{InvRPro = \frac{Inv - ConvCap - OpCred - OutRecCap}{Inv}}$$

Onde: *InvRPro* = Percentual do Investimento com recursos próprios

Inv = Investimento

ConvCap = Receitas de Capital de Convênios

OpCred = Operações de Créditos contratadas

OutRecCap = Outras Receitas de Capital

5. O prazo médio em anos para pagamento da Dívida de Empréstimos de Longo Prazo, constante da Tabela 14, foi estimado pela seguinte expressão:

$$\text{PrazMedEmp} = \frac{\frac{\text{Emplnicial} + \text{EmpFinal}}{2}}{\text{Amort}}$$

Onde: *PrazMedEmp = Prazo Médio em anos para pagamento da Dívida de Empréstimos de Longo Prazo*

Emplnicial = Dívida de Empréstimos no início do exercício

EmpFinal = Dívida de Empréstimos no final do exercício

Amort = Amortizações de empréstimos

6. O prazo médio em anos para recebimento da Dívida Ativa de Longo Prazo, constante da Tabela 15, foi estimado pela seguinte expressão:

$$\text{PraMedDivAt} = \frac{\frac{\text{DivAtInicial} + \text{DivAtFinal}}{2}}{\text{PgtoDivAt}}$$

Onde: *PraMedDivAt = Prazo Médio em anos para recebimento da Dívida Ativa de Longo Prazo*

DivAtInicial = Dívida Ativa no início do exercício

DivAtFinal = Dívida Ativa no final do exercício

PgtoDivAt = Pagamentos da Dívida Ativa

Demonstrações Contábeis do Ceará do exercício financeiro de 2015

Francisco Arley da Silva Santos ¹
Francisco Lúcio Mendes Maia ²
Nathyele de Oliveira Silva ³
Penélope Silva Rabelo ⁴
Saulo Moreira Braga ⁵

¹ Graduando em Finanças pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador Júnior do Office.

² Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal da Receita Estadual do Ceará. Pesquisador do Office.

³ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora Júnior do Office.

⁴ Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora Júnior do Office.

⁵ Mestre em Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Auditor Fiscal Contábil-Financeiro da Receita Estadual do Ceará. Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Sintaf.

SUMÁRIO

1 Introdução	41
2 Balanço Orçamentário	42
3 Balanço Financeiro Consolidado	44
4 Demonstração das variações patrimoniais consolidada	45
5 Demontração dos fluxos de caixa	47
6 Balanço patrimonial consolidado	49
7 Considerações Finais	52
Referências	53

RESUMO

O Balanço Geral do Estado (BGE) é uma prestação de contas, de competência privativa do Governador do Estado, junto à Assembleia Legislativa, conforme está previsto no art. 88, inciso XVI, da Constituição do Estado do Ceará. Nele estão contidas as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 406, de 20 de junho de 2011. Deve compor, ainda, ao BGE o Parecer do Controle Interno, como determina a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará de nº 12.509, de 06.12.95. Entretanto, além dos controles previstos em lei, a prestação de contas do governo pode e deve ser acompanhada pela sociedade civil organizada, controles específicos e pelo próprio cidadão. O Balanço Geral do Estado, apesar de ser uma peça composta por dois volumes bem robustos, vem acompanhado de uma síntese que simplifica e evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo estadual. Diante do exposto, o ensaio desmistifica a ideia de que só os profissionais da área financeira são capazes de entender o que está por trás de tantos demonstrativos publicados nos Diários Oficiais do Estado, estimulando, assim, o controle social e o exercício da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE

Contabilidade Pública; Balanço Geral do Estado; Prestação de Contas; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The General Balance of the State (BGE, in Portuguese) is an accounting compliance report issued by the State Governor, who has sole authority over such report, according to Section 88, Subsection XVI, of the State of Ceará Constitution. On this document there are financial demonstrations related public management of budget, financial, estate and accounting of entities related to the direct and indirect administration, developed according with the provisions of the Federal Act nº 4.320, from 17 March 1964, of the Federal Act nº 6.404, from 15 December 1976, of the Complementary Federal Act nº 101, from 04 May 2000, and the Interministerial Resolution nº 163, from 05 May 2001. BGE must contain the Internal Control report, as determined by the Organic Law nº 12.509/95 of the State of Ceara Accounts Court. However, on top of controls established by the law, accounts government accountability must and ought to accompany by the organized civil society, specific controls and by the citizen. The General Balance of the State, despite being a document composed of two big robust volumes, it comes accompany by a summary that simplifies and lists the main acts and registered facts on the accounting system of the State Government. In face of the above mentioned, this essay demystifies the idea that only finance professionals are able to understand what is behind so many accounting compliance reports published on the Official Journals of the State, stimulating, thus, social control and citizenship.

KEYWORDS

Public accounting; General Balance of the State; Accounts accountability; State of Ceará

1 INTRODUÇÃO

O Balanço Geral do Estado (BGE) é uma prestação de contas, de competência privativa do Governador do Estado, junto à Assembleia Legislativa, conforme está previsto no art. 88, inciso XVI, da Constituição do Estado do Ceará. Nele estão contidas as demonstrações pertinentes às execuções orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, elaboradas em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 406, de 20 de junho de 2011.

Deve compor, ainda, ao BGE o Parecer do Controle Interno, como determina a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Ceará de nº 12.509, de 06.12.95. Entretanto, além dos controles previstos em lei, a prestação de contas do governo pode e deve ser acompanhada pela sociedade civil organizada, controles específicos e pelo próprio cidadão.

O objetivo deste trabalho é efetuar a análise das Demonstrações Contábeis Públicas do Estado do Ceará relativo ao exercício financeiro de 2015, tendo por base as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Balanço Patrimonial.

A metodologia adotada foi a análise por meio de indicadores econômico-financeiros e seus efeitos na execução orçamentária, financeira e patrimonial do Estado do Ceará no exercício financeiro de 2015.

As análises realizadas por essa pesquisa tiveram como base os demonstrativos consolidados do Balanço Geral do Estado do Ceará (BGE, 2015). Portanto, estão incluídos todos os órgãos da Administração Direta, das Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes (Ematerce, Etice, Cohab e Codece).

Destaque-se, ainda, que os procedimentos de auditoria aplicados foram a análise por meio de índices, enquanto a extensão foram as demonstrações contábeis. As limitações ao alcance da análise são o resumo das informações contidas nas demonstrações contábeis, mas isso não inviabiliza o entendimento dos autores contidos neste estudo.

O trabalho foi dividido em seis partes, além desta introdução. A segunda seção analisa o balanço orçamentário do Estado do Ceará, evidenciando a execução da receita e da despesa, o resultado orçamentário e a execução orçamentária corrente. A terceira seção retrata o balanço financeiro consolidado. Em seguida, o quarto tópico aborda a demonstração das variações patrimoniais consolidadas. O quinto analisa a demonstração dos fluxos de caixa, enquanto o sexto avalia o balanço patrimonial consolidado. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário deve ser elaborado em conformidade com a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 406, de 20 de junho de 2011, e com o que determina a Lei nº 4.320/1964. As duas legislações determinam que sejam evidenciadas no Balanço Orçamentário as receitas previstas em confronto com as realizadas, bem como as despesas fixadas com as executadas, evidenciando as diferenças globais entre elas.

Tabela I - Balanço Orçamentário Consolidado – 2015

(R\$ 1,00)						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
		(a)	(b)	c=(b-a)		
RECEITAS CORRENTES	20.032.832.441,97	20.478.877.381,69	19.378.427.209,33	-1.100.450.172,36		
RECEITA TRIBUTÁRIA	10.881.801.350,13	10.916.225.130,91	10.225.482.363,12	-690.742.767,79		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.379.895.934,00	1.405.195.934,00	1.395.437.047,54	-9.758.886,46		
RECEITA PATRIMONIAL	253.572.159,40	255.379.051,49	377.497.667,07	122.118.615,58		
RECEITA DE SERVIÇOS	80.860.422,02	82.637.299,10	73.314.511,66	-9.322.787,44		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.987.930.990,00	7.240.186.013,75	6.677.266.458,00	-562.919.555,75		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	448.771.586,42	579.253.952,44	629.429.161,94	50.175.209,50		
RECEITAS DE CAPITAL	4.064.247.075,00	4.307.266.657,59	1.929.202.059,01	-2.378.064.598,58		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.756.660.479,00	2.872.691.255,30	1.539.756.896,97	-1.332.934.358,33		
ALIENAÇÃO DE BENS	18.546,00	1.218.546,00	4.336.948,62	3.118.402,62		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.304.222.930,00	1.430.011.736,29	373.861.628,36	-1.056.150.107,93		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.345.120,00	3.345.120,00	11.246.585,06	7.901.465,06		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO =(III)	24.097.079.516,97	24.786.144.039,28	21.307.629.268,34	-3.478.514.770,94		
DEFICIT (IV)	0,03	364.600.978,71	200.805.659,20	-164.095.319,51		
TOTAL (V)=(III -IV)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	-3.642.610.090,45		
SALDO DE EXER. ANTERIORES (UTILIZ. PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	1.589.792.454,95	594.926.267,21	-994.866.187,74		
Superávit Financeiro	-	1.589.792.454,95	594.926.267,21	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	i=(e-f)
DESPESAS CORRENTES	18.391.760.478,00	19.347.763.693,91	18.287.950.252,93	18.075.991.272,69	17.888.733.416,86	1.059.813.440,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.904.109.864,00	10.280.571.385,84	9.997.648.936,18	9.995.401.464,65	9.895.413.932,64	282.922.449,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	367.640.750,00	419.047.602,41	414.556.094,18	414.556.094,18	414.556.094,18	4.491.508,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.120.009.864,00	8.648.144.705,66	7.875.745.222,57	7.666.033.713,86	7.578.763.390,04	772.399.483,09
DESPESAS DE CAPITAL	5.653.101.657,00	5.783.837.133,43	3.220.184.674,61	3.063.269.842,94	3.019.539.505,65	2.563.652.458,82
INVESTIMENTOS	4.905.705.165,00	4.942.609.325,09	2.411.486.940,10	2.254.572.108,43	2.210.841.771,14	2.531.122.384,99
INVERSÕES FINANCEIRAS	149.127.932,00	146.853.787,11	119.345.616,43	119.345.616,43	119.345.616,43	27.508.170,68
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.268.560,00	694.374.021,23	689.352.118,08	689.352.118,08	689.352.118,08	5.021.903,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	19.144.190,65
RESERVA DO RPPS	52.217.382,00	19.144.190,65	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45
AMORT. DA DIV./REFINANCIAMENTO(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna						0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C. FINANCIAMENTO (VII)=(VI-VII)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45
SUPERÁVIT (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (X)=(VIII -IX)	24.097.079.517,00	25.150.745.017,99	21.508.134.927,54	21.139.261.115,63	20.908.272.922,51	3.642.610.090,45

FONTE: S2GPR/SEFAZ/BGE (2015)

De acordo com a Portaria da STN nº 406 (2011), o Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

2.1 Execução da Receita

Ao confrontar a previsão inicial da receita, de R\$ 24,10 bilhões, com a receita realizada no período, de R\$ 21,31 bilhões, verifica-se que houve uma frustração de R\$ 2,79 bilhões no montante esperado. Diante do exposto, a arrecadação da receita orçamentária correspondeu a 88,42% da receita prevista, demonstrando que a previsão da receita ou sua arrecadação ficaram em desacordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a variação entre a arrecadação e previsão foi de 11,58%.

O Relatório do Controle Interno das Contas de Governo do Exercício de 2015, elaborado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), destaca que do total da frustração da receita de 2015, 68,36% são atribuídas às receitas de capital, sendo 38,32% de Operações de Crédito e 30,36% de Transferências de Capital, enquanto outras receitas de capital foi positivo em 0,32%. As receitas correntes, por outro lado, participaram da frustração total da seguinte forma, 19,86% de Receita Tributária e 16,18% de Transferências Correntes. Vale ressaltar que as receitas correntes correspondem a 90,95% de toda receita realizada no exercício de 2015, o que evidencia o quanto foi grande a queda da receita de capital.

2.2 Execução da despesa

Ao comparar a dotação inicial da despesa, de R\$ 24,10 bilhões, com a despesa empenhada do período, de R\$ 21,51 bilhões, verifica-se que deixou de ser executado o montante de R\$ 2,59 bilhões. Portanto, a despesa orçamentária empenhada correspondeu a 89,25% da despesa fixada, demonstrando, também, que a fixação da despesa ou sua execução ficaram em desacordo com os padrões estatísticos de elaboração de orçamento público, tendo em vista que a variação entre a arrecadação e previsão foi de 10,75%.

Ressalta-se, no entanto, que a redução da execução da despesa orçamentária foi proporcional à receita não realizada, evidenciando um controle das despesas em conformidade com os recursos disponíveis.

O Relatório do Controle Interno das Contas de Governo do Exercício de 2015, elaborado pela CGE, destaca que a redução na execução da despesa empenhada foi semelhante à queda da arrecadação da receita orçamentária, no que concerne à categoria econômica. No caso, a redução das despesas correntes empenhadas foi inferior a 10% da despesa fixada. Entretanto, as despesas de capital foram reduzidas em 55,68% em relação a sua previsão.

O relatório da CGE aponta, ainda, que cortes nas Despesas de Capital podem ocorrer por estratégia da administração para reduzir os níveis de investimentos do governo, tanto no exercício corrente como para exercícios futuros, tendo em vista que muitos investimentos geram despesas correntes permanentes ao longo do tempo. Vale destacar que é necessário avaliar quais cortes de Despesas de Capi-

tal deverão ser realizados, pois em virtude de evitar prejuízos ainda maiores, não é interessante a descontinuidade de obras que estejam em andamento.

2.3 Resultado orçamentário

O resultado orçamentário demonstrou equilíbrio porque a receita arrecadada correspondeu a 99,24% da despesa empenhada. Isto significa que o déficit orçamentário do exercício financeiro de 2015 foi de -0,76%, ou seja, déficit de R\$200,53 milhões, em valores absolutos.

2.4 Execução orçamentária corrente

O resultado do orçamento corrente (receitas correntes - despesas correntes) foi superavitário no valor de R\$ 1,09 bilhão. Este superávit serviu para aplicações de recursos em despesas de capital, tendo em vista que o orçamento de capital foi deficitário no valor de R\$ 1,29 bilhão.

3 BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

O Balanço Financeiro Consolidado foi elaborado de acordo com a Portaria STN nº 406, de 20 de junho de 2011, sem prejuízo ao que determina a Lei nº 4.320/1964. De acordo com a citada legislação, o Balanço Financeiro evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, discriminando o seguinte:

- (a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso (destinação vinculada e/ou destinação ordinária);
- (c) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- (d) as transferências financeiras decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e
- (e) o saldo inicial e o saldo final em espécie.

A partir do referido demonstrativo, é possível encontrar o resultado financeiro de duas maneiras. A primeira é pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário, ocorrerá um déficit. A segunda é mais simples, basta calcular a diferença entre o saldo em espécie para o exercício seguinte e o saldo em espécie do exercício anterior. Vale ressaltar que este resultado **não** deve ser entendido como **superávit ou déficit financeiro do exercício**, cuja apuração é obtida por meio do Balanço Patrimonial.

De acordo com o BGE (2015), o balanço financeiro é composto por fluxos

financeiros (ingressos e dispêndios). Os fluxos financeiros que integram o referido balanço são os seguintes: a) fluxo financeiro orçamentário excluído de transferências orçamentárias, b) fluxo financeiro de transferências, e c) fluxo financeiro extra-orçamentário. No exercício em análise, o fluxo financeiro orçamentário foi deficitário no valor de R\$ 200,51 milhões, o fluxo financeiro de transferências foi deficitário no valor de R\$ 202,45 milhões, já o fluxo financeiro extra-orçamentário foi superavitário no valor de R\$ 231,80 milhões. Contudo, ao somar os três fluxos gerou um **superávit** financeiro de R\$ 31,08 milhões.

Tabela 2 – Balanço Financeiro Consolidado - 2015

(R\$ 1,00)

INGRESSOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	21.307.629.268,34	21.065.609.482,42
Ordinária	15.063.937.662,49	14.492.343.385,52
Vinculada	6.243.691.605,85	6.573.266.096,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.861.711.099,58	18.692.732.556,77
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	9.266.268.921,56	8.530.656.853,48
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.721.558.240,11	3.375.618.373,69
TOTAL	52.157.167.529,59	51.664.617.266,36
		(R\$ 1,00)
DISPÊNDIOS ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEPESA ORÇAMENTÁRIA	21.508.134.927,54	21.783.515.154,38
Ordinária	15.240.853.742,79	15.123.678.857,95
Vinculada	6.267.281.184,75	6.659.836.296,43
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	18.861.913.548,45	18.692.808.730,17
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	9.034.477.189,41	8.466.735.141,70
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.752.641.864,19	2.721.558.263,11
TOTAL	52.157.167.529,59	51.664.617.289,36

Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará - 2015

4 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS CONSOLIDADA

De acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, “a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.” As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As variações patrimoniais quantitativas são fatos contábeis que modificam a situação líquida das entidades públicas. As variações aumentativas alteram positivamente a situação líquida, enquanto as variações diminutivas reduzem a situação líquida.

As variações patrimoniais qualitativas representam fatos contábeis permutativos, ou seja, não alteram a situação líquida da entidade porque são

fatos envolvendo contas de Ativo e Passivo, não envolvendo o Patrimônio Líquido.

Ao analisar as variações patrimoniais do exercício de 2015, verifica-se que houve um total de variações patrimoniais aumentativas de R\$ 44,20 bilhões e um total de variações patrimoniais diminutivas contabilizadas em R\$ 44,32 bilhões, o que gera para um déficit econômico apurado no período de R\$118,90 milhões, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 - Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidadas - 2015

(R\$ 1,00)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	44.196.512.266,98	41.501.258.320,97
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	13.687.437.940,38	11.505.454.418,28
Contribuições	1.395.437.047,54	1.361.596.574,52
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	121.124.386,28	175.943.698,90
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	941.918.731,72	755.154.024,10
Transferências e Delegações Recebidas	27.048.069.435,63	25.918.999.751,76
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.002.524.725,43	1.784.109.853,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	44.315.415.995,63	38.826.486.677,94
Pessoal e Encargos	7.300.799.858,35	6.701.043.887,24
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.726.440.134,44	2.430.748.376,46
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.941.136.186,07	2.887.948.872,05
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.796.571.659,61	1.135.605.765,64
Transferências e Delegações Concedidas	25.611.191.552,29	22.843.531.466,39
Desvalorização e Perda de Ativos	1.109.543.020,29	1.467.031.662,22
Tributárias	181.118.527,40	192.182.129,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	648.615.057,18	1.168.394.518,46
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-118.903.728,65	2.674.771.643,03
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativo	2.612.494.408,43	3.855.856.218,20
Desincorporação de Passivo	689.352.118,08	595.815.980,54
Incorporação de Passivo	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
Desincorporação de Ativo	94.387.115,43	96.442.308,18

Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará - 2015

Os Quadros 1, 2 e 3, a seguir, detalham melhor as variações aumentativas, diminutivas e qualitativas, respectivamente, ocorridas no exercício financeiro de 2015.

Quadro 1 – Variações Quantitativas Aumentativas

NOME	VALOR
Impostos	13.261.302.143,67
Taxas	426.135.796,71
Contribuições Sociais	1.395.437.047,54
Venda De Mercadorias	1.209.789,07
Exploração e Bens e Direitos e Prestação de Serviços	119.914.597,21
Juros e Encargos de Mora	4.673.419,88
Variações Monetárias e Cambiais	584.869.977,32
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	352.254.047,61
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	121.286,91
Transferências Intragovernamentais	18.861.711.099,58
Transferências Intergovernamentais	8.175.501.307,21
Transferências das Instituições Privadas	10.391.781,75
Transferências de Pessoas Físicas	465.247,09
Resultado Positivo de Participações	31.428.168,78
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	971.096.556,65
Total	44.196.512.266,98

Fonte: elaboração própria, utilizando dados dos registros da Sefaz/CE (2015).

Quadro 2 – Variações Quantitativas Diminutivas

NOME	VALOR
Pessoal e Encargos	7.300.799.858,35
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.726.440.134,44
Uso de Material de Consumo	1.054.613.786,42
Serviços	2.883.723.635,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.674.221,91
Custo de Materiais, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.124.542,44
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	414.556.094,18
Juros e Encargos de Mora	463.718,57
Variações Monetárias e Cambiais	2.356.218.284,57
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	25.333.562,29
Transferências Intragovernamentais	18.861.913.548,45
Transferências Intergovernamentais	5.726.969.422,67
Transferências a Instituições Privadas	915.541.623,40
Transferências A Consórcios Públicos	106.766.957,77
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	1.109.543.020,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.623.973,58
Contribuições	176.494.553,82
Premiações	3.817.767,36
Resultado Negativo de Participações	30.491,96
Incentivos	35.877.523,81
Subvenções Econômicas	57.954.301,40
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	550.934.972,65
Total	44.315.415.995,63

Fonte: elaboração própria, utilizando dados dos registros da Sefaz/CE (2015).

Quadro 3 – Variações Qualitativas

NOME	VALOR
Aquisição de Bens Móveis	280.476.855,66
Aquisição de Bens Imóveis	49.265.955,41
Obras em Andamento	1.397.267.006,85
Aquisição de Capital das Empresas	153.299.187,48
Outras Incorporações do Ativo	732.185.403,03
Amortização da Dívida (pagamento de empréstimos)	689.352.118,08
Operações de Crédito (aquisição de empréstimos)	1.539.756.896,97
Alienação de Bens	4.336.948,62
Recebimento de Dívida Ativa (tributos lançados em anos anteriores)	70.594.082,08
Recebimento de Multa e Juros (direitos a receber)	12.630.797,62
Empréstimos e Financiamentos (recebimento)	6.825.287,11

Fonte: elaboração própria, utilizando dados dos registros da Sefaz/CE (2015).

5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa evidenciam as entradas e saídas de recursos financeiros do Estado em um determinado período.

Tabela 4 - Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado - 2015

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	Exercício Atual	Exercício Anterior
INGRESSOS	38.062.890.580,86	36.902.948.724,46
RECEITAS DERIVADAS	11.845.129.498,77	11.232.387.262,25
RECEITAS ORIGINÁRIAS	856.031.252,56	898.389.362,95
TRANSFERÊNCIAS	25.361.729.829,53	24.772.172.099,26
INTERGOVERNAMENTAIS	5.201.642.020,61	4.932.182.678,16
MULTIGOVERNAMENTAIS	1.382.579.062,97	1.316.397.776,73
INSTITUIÇÕES PRIVADAS	8.175.643,62	6.666.704,58
PESSOAS	465.247,09	1.167.370,35
CONVÊNIOS	84.404.483,71	138.203.664,20
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.371,53	18.377.553.905,24
DESEMBOLSOS	36.971.625.847,64	36.025.431.116,46
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	13.724.627.690,56	13.186.926.456,44
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	414.556.094,18	297.663.290,94
TRANSFERÊNCIAS	22.832.442.062,90	22.540.841.369,08
INTERGOVERNAMENTAIS	3.114.932.812,72	3.118.625.354,36
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	890.930.492,79	923.766.033,61
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	13.215.581,08	11.902.916,69
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	9.743.598,18	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	119.156.355,72	106.895.721,81
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	0,00	730.000,00
INTRAGOVERNAMENTAIS	18.684.463.222,41	18.378.921.342,61
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.091.264.733,22	877.517.608,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	389.445.162,04	906.467.864,12
DESEMBOLSOS	2.398.004.154,14	3.699.166.384,93
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.008.558.992,10	-2.792.698.520,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS	1.539.756.896,97	1.633.746.799,08
DESEMBOLSOS	689.352.118,08	595.815.980,54
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	850.404.778,89	1.037.930.818,54
FLUXOS DE CAIXA INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO		
INGRESSOS	5.905.748.130,72	5.614.727.483,48
DESEMBOLSOS	5.816.396.328,32	5.391.738.219,56
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO INDEPENDENTE DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA	89.351.802,40	222.989.263,92
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	22.462.322,41	-654.260.830,35
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	2.721.357.543,34	3.375.618.373,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA DO PERÍODO	22.462.322,41	-654.260.830,35

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR (2015)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

No exercício financeiro de 2015, o fluxo geral líquido de caixa do estado do Ceará foi superavitário no valor de R\$ 22,46 milhões. Este valor somado ao

saldo anterior de caixa no valor de R\$ 2,72 bilhões resultou em um disponível financeiro de R\$ 2,74 bilhões. Se analisar esse número isoladamente, pode-se acreditar que a geração de caixa foi pouco expressiva. No entanto, ao comparar a geração de caixa do exercício de 2015 com a geração negativa de caixa do exercício de 2014, de R\$ 654,26 milhões, constata-se que houve desaceleração significativa nos desembolsos do governo.

O BGE (2015), por meio da DFC Consolidada, evidencia que o governo gerou caixa de forma significativa em suas atividades operacionais, no valor de R\$ 1,091 bilhão, e nas atividades de financiamento, no valor de R\$ 850,40 milhões. Já o fluxo de caixa nas atividades de investimentos foi deficitário no valor de R\$ 2,00 bilhões.

6 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Segundo a Portaria da STN nº 406, de 20 de junho de 2011, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) Ativo - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) Passivo - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) Patrimônio Líquido - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) Contas de Compensação - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio. No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. Os ativos devem ser classificados como circulantes quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- a) estiverem disponíveis para realização imediata; e
- b) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes. Os

passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Em conformidade com a Lei nº 4.320/1.964, artigo 105, que confere o viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, já que separa o Ativo e Passivo em dois grandes grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem, apresenta-se o seguinte:

Tabela 5 – Balanço Patrimonial Consolidado - 2015

(R\$ 1,00)

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	3.883.784.596,91	4.183.837.180,58
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.743.819.865,75	2.721.357.543,34
Créditos a Curto Prazo	357.167.123,79	293.736.876,39
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	249.989.031,40	234.251.054,76
Estoques	475.790.050,20	934.491.706,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Pags	57.018.525,77	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.634.842.990,98	24.425.670.397,70
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.649.948.610,29	6.676.603.367,85
Investimentos	3.590.295.575,55	4.061.370.732,71
Imobilizado	15.322.375.822,61	13.687.202.629,12
Intangível	72.222.982,53	493.668,02
TOTAL	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO CIRCULANTE	950.427.404,91	687.218.669,39
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	103.803.832,22	21.537.920,49
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	854.114,05	30.644,57
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	7.491.565,15	14.757.890,99
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.330.415,63	8.132.790,46
Obrigações de Repartição a Outros Entes	52.780.468,12	49.964.091,07
Demais Obrigações a Curto Prazo	777.167.009,74	592.795.331,81
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.112.187.828,96	8.501.097.309,01
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	89.546.765,61	88.943.028,38
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	10.422.241.899,09	7.764.620.906,38
Demais Obrigações a Longo Prazo	600.399.164,26	647.533.374,25
TOTAL DO PASSIVO	12.062.615.233,87	9.188.315.978,40
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.456.012.354,02	19.421.191.599,88
TOTAL	30.518.627.587,89	28.609.507.578,28
ATIVO FINANCEIRO	2.752.641.864,19	2.721.558.240,11
ATIVO PERMANENTE	27.765.985.723,70	25.887.949.338,17
PASSIVO FINANCEIRO	1.343.033.087,31	1.132.133.275,71
PASSIVO PERMANENTE	11.181.726.916,36	8.566.481.703,92
SALDO PATRIMONIAL	17.993.867.584,22	18.910.892.598,65

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR (2015)

Os recursos financeiros disponíveis, dinheiro em caixa, no Estado do Ceará, em 31.12.2015, somaram R\$ 2,74 bilhões. As obrigações de curto prazo na mesma data, com o pagamento até 2016, montavam R\$ 950,43 milhões, com isso a liquidez imediata do Estado corresponde a 2,89, significando que para R\$ 1,00 de dívida de curto prazo o Estado tem R\$ 2,89 de dinheiro em caixa para efetuar o pagamento da obrigação. Em 2014 foi igual a 3,96.

A liquidez corrente, bens e direito de curto prazo (ativo circulante) para financiarem as obrigações de curto prazo (passivo circulante), foi igual a 4,07 em 2015. Em 2014 foi igual a 6,08.

A liquidez seca, disponível mais créditos de curto prazo, para financiamento de obrigações de curto prazo foi de 3,53, em 2015, e 4,73 em 2014.

A liquidez geral, bens e direitos de curto e longo prazo, para financiamento para obrigações de curto e longo prazo, foi igual a 0,96 em 2015, e 1,18 em 2014. Os direitos e obrigações de longo prazo são aqueles com prazo acima de 1 (um) ano para recebimento ou pagamento.

A dívida ativa do Estado se divide em tributária e não tributária. A dívida ativa tributária é direito referente aos tributos lançados e não arrecadados, incluindo as multas. A dívida ativa não tributária são aquelas provenientes de multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias; foros e laudêmios; preços resultantes de alienação, concessão ou permissão de uso de bens públicos; preços públicos pela prestação de serviços; e indenizações. Essa dívida, normalmente, tem perfil de longo prazo.

Em dezembro de 2015, o estoque da Dívida Ativa do Estado do Ceará da ordem de R\$ 7,38 bilhões, em 2014 foi de R\$ 6,46 bilhões. O prazo médio para recebimento do estoque desta dívida é de 98,01 anos em 2015 e de 99,51 anos em 2014, mostrando uma grande morosidade em sua cobrança.

A dívida fundada, representada, no Estado do Ceará, pelos empréstimos de longo prazo, apresentou em 2015 um saldo de R\$ 10,42 bilhões e, em 2014, R\$ 7,77 bilhões. O prazo médio de pagamento dessa dívida é de 13,19 anos, em 2015, e 11,79 anos, em 2014.

Analisando os prazos médios da dívida ativa e dívida fundada nos dois períodos, verifica-se uma enorme discrepância entre eles. O prazo da dívida ativa foi a maior em relação à dívida fundada nos seguintes percentuais: 643% em 2015 e 744% em 2014.

Analisando uma série histórica de 2010 a 2015, verificamos que há uma grande defasagem entre o prazo médio de recebimento e pagamento da dívida ativa e da dívida fundada, respectivamente, conforme tabela 6 abaixo transcrita.

Tabela 6 – Prazo Médio de Recebimento da Dívida Ativa e Pagamento da Dívida Fundada em Anos

Ano	Dívida Ativa	Dívida Fundada
2010	75,35	12,77
2011	90,57	12,87
2012	143,49	7,64
2013	58,11	10,87
2014	99,51	11,79
2015	98,01	13,19

Fonte: Balanço Geral do Estado do Ceará - 2010 a 2015

O endividamento geral, representado pelas dívidas de curto e longo prazo em relação a todos os bens e direitos do Estado, foi de 39,53% em 2015 e 32,12% em 2014. Isso mostra que nos dois exercícios financeiros o Estado comprometeu 39,53% e 32,12%, do seu ativo em 2015 e 2014, respectivamente.

A composição do endividamento, dívida de curto prazo em relação à dívida total, foi de 7,88% em 2015 e 7,48% em 2014, mostrando que o perfil da dívida de curto prazo é baixa nos dois períodos.

O índice de solvência, capacidade do Estado para pagar suas obrigações, foi de 2,53, em 2015, e 3,11, em 2014, mostrando que existe capacidade de pagamento do Estado. A solvência existe quando o indicador for igual ou maior que 1.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Balanço Geral do Estado, apesar de ser uma peça composta por dois volumes bem robustos, vem acompanhado de uma síntese que simplifica e evidencia os principais atos e fatos registrados no sistema contábil do governo estadual.

Quanto aos fatos constatados na análise econômico-financeira realizada, baseada nas Demonstrações Contábeis de 2015, verificou-se que os riscos de mau gerenciamento do patrimônio do Estado não ficaram evidenciados. Grande parte dos indicadores calculados nas demonstrações contábeis foi positivo, significando que o patrimônio do Estado do Ceará, no exercício financeiro de 2015, está solvente.

Entretanto, o prazo médio de recebimento da dívida ativa está muito alto. Dessa forma, para que este prazo fique em patamar aceitável, deverá ser feito um esforço concentrado no sentido de executar, com maior brevidade, a dívida ativa do Estado do Ceará.

Diante do exposto, o ensaio desmistifica a ideia de que só os profissionais da área financeira são capazes de entender o que está por trás de tantos demonstrativos publicados nos Diários Oficiais do Estado, estimulando, assim, o controle social e o exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará. **Balanço Geral do Estado do Ceará**, 2015.

ESTADO DO CEARÁ. Controladoria e Ouvidoria do Estado do Ceará. **Relatório do Controle Interno das Contas de Governo Exercício 2015**. Disponível em: <<http://transparencia.ce.gov.br/content/planejamento-e-execucao-orcamentaria/relatorio-controle-interno>>. Acesso em: 15 maio 2016.

APÊNDICE I

A - ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
1 - QUOCIENTE DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
EO =	(PIR /	DID)			(PIR /	DID)
EO =						
EO =						
PIR = Previsão Inicial da Receita						
DID = Dotação Inicial da Despesa						
2 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
ER =	(RR /	PAR)			(RR /	PAR)
ER =						
ER =						
RR = Receita Realizada						
PAR = Previsão Atualizada da Receita						
3 - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
ED =	(DE /	DA)			(DE /	DA)
ED =						
ED =						
DE = Despesa Executada						
DA = Dotação Atualizada						
4 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO						
4.1 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
RO =	(RR /	DE)			(RR /	DE)
RO =						
RO =						
RR = Receita Realizada						
DE = Despesa Empenhada						
4.2 - QUOCIENTE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
RO =	(RR /	DE)			(RR /	DE)
RO =						
RO =						
RR = Receita Realizada						
DL = Despesa Liquidada						
5 - QUOCIENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE						
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior	
EOC =	(RRC /	DEC)			(RRC /	DEC)
EOC =						
EOC =						
RRC = Receita Realizada Corrente						
DEC = Despesa Empenhada Corrente						

B - ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO								
1 - QUOCIENTE ORÇAMENTÁRIO DO RESULTADO FINANCEIRO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
ROF =	(RO -	DO) /	(DES -	DEA)	(RO -	DO) /	(DES -	DEA)
ROF =								
ROF =								
RO = Receita Orçamentária								
DO = Despesa Orçamentária								
DES = Disponível do Exercício Seguinte								
DEA = Disponível Exercício Anterior								
2 - QUOCIENTE DO RESULTADO DOS SALDOS FINANCEIROS								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RSF =	(DES /		DEA)		(DES /		DEA)	
RSF =								
RSF =								
DES = Disponível do Exercício Seguinte								
DEA = Disponível Exercício Anterior								
C - ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS								
1 - QUOCIENTE DO RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RVP =	(VPA /		VPD)		(VPA /		VPD)	
RVP =								
RVP =								
VPA = Variações Patrimoniais Aumentativas								
VPD = Variações Patrimoniais Diminutivas								
D - ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL								
1 - LIQUIDEZ IMEDIATA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LI =	(D /		PC)		(D /		PC)	
LI =								
LI =								
D = Disponível								
PC = Passivo Circulante								
2 - LIQUIDEZ CORRENTE								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LC =	(AC /		PC)		(AC /		PC)	
LC =								
LC =								
AC = Ativo Circulante								
PC = Passivo Circulante								
3 - LIQUIDEZ SECA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LS =	(D +	CCP) /	(PC)		(D +	CCP) /	(PC)	
LS =								
LS =								
D = Disponível								
CCP = Crédito de Curto Prazo								
PC = Passivo Circulante								
n4de3w								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
LG =	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)
LG =								
LG =								
AC = Ativo Circulante								
RLP = Realizável a Longo Prazo								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								

LG =	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)	(AC +	RLP) /	(PC +	PNC)
LG =								
LG =								
AC = Ativo Circulante								
RLP = Realizável a Longo Prazo								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
4 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA								
4.1 - ROTAÇÃO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(AD)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =								
SF =								
RO								
ADA = Amortização da Dívida Ativa								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
4.2 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM DIAS								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo					T			
Rotação					RO			
PMD =					PM			
4.3 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA ATIVA EM ANOS								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo_Ano					TA			
PMA =					PMA =			
5 - ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA FUNDADA								
5.1 - ROTAÇÃO								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
RO =	(AD)	/	(SID +	SFD)/2	(AD)	/	(SID +	SFD)/2
SI =								
SF =								
RO								
ADF = Amortização da Dívida Fundada								
SID = Saldo Inicial da Dívida								
SFD = Saldo Final da Dívida								
RO = Rotação								
5.2 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM DIAS								
PMD =	(T	/RO)			PM	(T	/RO)	
Tempo					T			
Rotação					RO			
PMD =					PM			
5.3 - PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO DA DÍVIDA FUNDADA EM ANOS								
PMA =	PMD	/TA			PMA =	PMD	/TA	
Tempo_Ano					TA			
PMA =					PMA =			
6 - ÍNDICE DE SOLVÊNCIA								
Título		Exercício Atual			Exercício Anterior			
IS =	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)	(AC +	ANC) /	(PC +	PNC)
IS =								
IS =								
AC = Ativo Circulante								
ANC = Ativo Não Circulante								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								

7 - ENDIVIDAMENTO GERAL								
Título	Exercício Atual			Exercício Anterior				
EG =	(PC +	PNC) /	(AT) *100	(PC +	PNC) /	(AT) *100
EG =								
EG =								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								
AT = Ativo Total								
8 - COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO								
Título	Exercício Atual			Exercício Anterior				
CE =	(PC)	/	(PC +	PNC)*100	(PC)	/	(PC +	PNC)*100
CE =								
CE =								
PC = Passivo Circulante								
PNC = Passivo Não circulante								

Realização:



Apoio:

